



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

VISÕES DA CISPLATINA:

A CRIAÇÃO DO ESTADO ORIENTAL – POR LAVALLEJA E ANÔNIMO

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores¹

Resumo: Este artigo se propõe a analisar dois relatos da Guerra da Cisplatina. O primeiro é composto por cartas do General da Banda Oriental, Juan Antonio Lavalleja, que comandou a expedição contra a ocupação portuguesa, e o segundo foi escrito por um combatente do Império, que embora se mantenha anônimo, trata-se, provavelmente, de um oficial mercenário alemão. Ambos partem de pontos de vista distintos e nos oferecem duas abordagens sobre a criação do Estado Oriental.

Palavras-Chave: Guerra da Cisplatina. Independência do Uruguai. Identidade.

O objeto de análise desse artigo são duas fontes importantes, porém pouco exploradas, a respeito da Guerra da Cisplatina, episódio fundamental para a independência do Uruguai: o *Contribuições para a História da guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular* e as *Memorias de la Expedición de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*.²

A primeira é a tradução do original *Beitrag zur Geschichte Zwischen Brasilien und Buenos Aires* que teve seu primeiro volume impresso em Berlim, na tipografia G. Reimer, em 1834, com autoria anônima. Existem especulações em torno da identidade do autor. Aurélio Porto, que escreveu a “Explicação” do relato, afirma que o Barão do Rio Branco, em suas *Efemérides*, já teria arriscado sobre quem seria o verdadeiro autor de *Contribuições*. Segundo Rio Branco trata-se do capitão barão Carl Von Leenhof, um oficial de guerra trazido para comandar tropas imperiais que lutou na Guerra da Cisplatina pelo *Corpo de Voluntários*, que consistia em um esquadrão criado em São Leopoldo composto por colonos alemães que engrossavam as fileiras do exército imperial em troca do soldo.

O segundo documento é constituído pela correspondência pessoal entre Juan Antonio Lavalleja, General em Chefe da Banda Oriental, e seu amigo Pedro Trapani, ao qual se juntam outras cartas e alguns documentos oficiais.

A análise dessas fontes se deu no sentido de compreender de que forma o General Juan Antonio Lavalleja, o principal ator oriental nesse contexto, percebeu a participação da Banda Oriental na guerra e o surgimento da possibilidade de que esse território acabasse por se constituir em um país independente, bem como, de que maneira a mesma percepção se deu por parte de um estrangeiro que se apresenta como uma testemunha ocular e imparcial dos eventos. Nesse sentido, a intenção é analisar os relatos tomando como eixo o questionamento acerca da construção do Estado uruguaio.

A Guerra da Cisplatina e a decorrente independência do Uruguai

Em 1821,³ as oligarquias rurais *porteña*, oriental, rio-grandense e o Império brasileiro articularam a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental querendo derrotar o movimento artiguista que se instalava e lhes causava muito temor, uma vez que o projeto agrário de Artigas só tinha a desfavorecer essas mesmas oligarquias rurais. Feita a ocupação, a Banda Oriental renomeada como Província da Cisplatina, tornou-se colônia portuguesa integrando às demais províncias do Brasil.

Neste contexto, no entanto, ocorreu uma mudança na orientação política de Buenos Aires com a ascensão dos caudilhos *federales* ao poder, que decorreu na retirada do apoio de Buenos Aires ao Brasil na ocupação da Cisplatina. A pressão contra a dominação luso-brasileira na Banda Oriental aumentou, à medida que Buenos Aires passou a receber o apoio de outras províncias. Os governadores destas províncias também se mostravam descontentes com a ocupação luso-brasileira e, principalmente, não lhes agradava a forma como o governador da Cisplatina, general Lecor ou Barão de Laguna, exercia seu poder. Sendo assim, os opositores à administração de Lecor passaram a aproveitar-se dos pontos frágeis deste governo para questioná-lo.

A independência do Brasil em relação a Portugal, em 1822, abriu a primeira brecha para esse questionamento, à medida que criou divisões internas entre os ocupantes da Banda Oriental. Uns mantiveram-se fiéis à Coroa Portuguesa e outros ao Império Brasileiro. Além disso, ocorriam *razzias* e ocupações das melhores terras da Banda Oriental por parte dos estancieros rio-grandenses, o que, de certa forma, contrariava os planos de Lecor de tentar recuperar a economia da Província Cisplatina.

A forma despótica com que os estancieiros do Rio Grande do Sul usufruíam dos recursos orientais causava verdadeira aversão na oligarquia rural oriental e “o paraíso anunciado pela restauração promovida por Lecor em nome do Império transformava-se num novo inferno, comparável ao da época da revolução artiguista”. (GUAZZELLI, 1998). O descontentamento aumentava e a possibilidade de um levante se fazia presente.

Novamente, com o apoio e também o financiamento de pecuaristas de Buenos Aires, embora sem o apoio formal do governo *porteño*, eclodiu o levante oriental contra a dominação imperial brasileira. Comandado pelo chefe oriental Juan Antonio Lavalleja, um bando de 32 homens deflagrou o que ficou conhecido como a “Expedición de los 33 orientales”, em 19 de abril de 1825. Esse levante não atacou diretamente as tropas imperiais, mas agiu na sublevação de peões e pequenos caudilhos insatisfeitos, arregimentando-os por onde passavam. Até esse momento, o caudilho oriental Fructuoso Rivera permaneceu aliado às forças imperiais, no entanto, percebendo que a sublevação poderia lhe ser favorável, declarou-se comandante dos orientais sublevados junto a Lavalleja, em 2 de maio de 1825. A princípio, a intenção do levante não envolvia projetos de autonomia para a Banda Oriental, mas derrubar o poder imperial, recuperar as terras, reorganizar a economia oriental e buscar a anexação deste território pela República das Províncias Unidas do Rio Prata.

Nesse sentido, a partir da deflagração do levante, os chefes orientais tentaram conquistar o apoio político-militar das demais províncias da República das Províncias Unidas do Rio da Prata e inclusive de alguns caudilhos sul rio-grandenses. Dessas tratativas de apoio até a anexação da Banda Oriental pelas Províncias Unidas, em 25 de agosto de 1825, transcorreu um conturbado processo com avanços e recuos a respeito da aliança formal entre Buenos Aires e Banda Oriental.

A declaração de guerra por parte das Províncias Unidas, ao lado da Banda Oriental, contra o Império aconteceu em 3 de janeiro de 1826, embora, não oficialmente, antes disso já estivessem ocorrendo atuações militares ao lado dos orientais por parte de algumas províncias.

Em 22 de fevereiro de 1827, ocorreu a decisiva batalha de Ituzaingó, ou Batalha do Passo do Rosário, vencida pelas forças argentinas comandadas pelo General Alvear. A situação da guerra, no entanto, não se mostrou definida e abriu espaço para a participação efetiva da Inglaterra na mediação do conflito através do enviado Lorde Posonby.

A presença inglesa definiu o rumo do encerramento do conflito, e a Convenção de Paz, assinada em 27 de agosto de 1828, resolveu que a Banda Oriental constituir-se-ia em um Estado independente e autônomo, o Estado do Uruguai.

A historiografia latino-americana e a construção de identidades nacionais

É sabido que a Guerra da Cisplatina, que envolveu a República das Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império do Brasil, entre 1825 e 1828, desencadeou o processo que culminou na emancipação política do Uruguai. A “Convenção Preliminar de Paz de 1828” trata, durante seus 19 artigos, das resoluções em torno da independência uruguaia:

Artigo 1. Sua Magestade o Imperador do Brazil Declara a Provincia de Montevideo, chamada hoje Cisplatina, separada do territorio do Imperio do Brazil, para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação [...].

Artigo 2. O governo da Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata concorda em declarar e pela sua parte, a Independencia de Montevideo chamada hoje Cisplatina; e em que se constitua em estado Livre e independente [...].⁴

Em termos gerais, é questão pacífica na historiografia uruguaia que a possibilidade de o Uruguai ter se tornado um Estado livre e autônomo surgiu durante a Guerra da Cisplatina, de forma que, a constituição do Estado uruguaio pode ser considerada como resultado desta guerra. Através de diferentes perspectivas, que não necessariamente da história mais tradicional, o tema do surgimento do Estado uruguaio, ou ainda, da “condição” em que o Uruguai conquistou sua independência é exaustivamente abordado. É evidente, no entanto, que existem inúmeras “variações sobre o mesmo tema”, ou melhor, vários pontos de divergência a respeito das motivações e sentimentos que envolveram essa independência.

Segundo Manoel Salgado (GUIMARÃES, 1988) foi durante o século XIX que a História assumiu o estatuto de ciência, sendo também o momento em que o pensar a História se fez de forma mais sistemática. Na Europa, onde esse movimento é mais perceptível, o pensar a História se fez intimamente ligado ao contexto maior das discussões em torno das questões nacionais. Essa relação implica em que a História tenha se constituído como uma forma de legitimar projetos políticos nacionais construídos *a posteriori*, buscando (ou criando) no passado heranças exaltadoras de sentimentos nacionais. Nesse sentido, Salgado afirma que

a associação entre História e Identidade sempre esteve presente, num procedimento em que muitas das vezes estas identidades foram como que naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que pudessem sustentar uma memória acerca de identidades de construção recente. (GUIMARÃES, 2000, p.22).

A forma, então, como a História foi concebida no século XIX, vinculada à construção de projetos nacionais, teve seus seguimentos em diversas partes do globo, sendo possível de ser percebida na produção historiográfica latino-americana em geral.

Dessa forma, partindo de um questionamento colocado por Chiaramonte (1993) relativo à produção historiográfica latino-americana acerca dos assuntos que envolvem as independências nesses países, é possível perceber a mitificação construída pela historiografia mais tradicional e que, de alguma forma, reflete ainda na historiografia mais recente. O autor refere-se às análises que defendem que as emergências dos Estados independentes na América Latina sempre foram precedidas pela existência consciente de uma identidade nacional por parte da comunidade, ou seja, a construção desses Estados foi o resultado condicionado pela prévia existência de uma nacionalidade definida. Essa preocupação em rastrear a gênese do sentimento nacional encobriu a real indefinição dos sentimentos e as manifestações de diferença ou oposição frente aos colonizadores europeus foram interpretadas como traços de nacionalismo. (CHIARAMONTE, 1993, p.49-50).

Esta historiografia fundamentava-se nos casos europeus de formações nacionais e era fruto de uma “vontade nacionalizadora” que tentava, dessa forma, mascarar os frágeis estados surgidos após suas respectivas independências. Segundo Chiaramonte, o sentimento comum no período pós-independências era, na verdade, o de indefinição. Embora existisse uma relativa auto-identificação, isso estava muito longe de constituir-se em identidade nacional. O que havia, e a historiografia tradicional negligenciou, era a coexistência de identidades diversas e até antagônicas:

la hispanoamericana, prolongación del sentimiento de ‘español americano’ elaborado durante el período colonial, la provincial, asentada en el sentimiento lugareño, y la rioplatense – luego Argentina [isso no caso da região do Prata]-, de más compleja delimitación [...]. (CHIARAMONTE, 1993, p.51, grifo meu).

Ao longo do seu artigo, Chiaramonte lista uma série de autores que se enquadram nesse tipo de abordagem dando ênfase aqueles que defenderam “a tese independentista clássica”. Entre eles cita: para o caso da Argentina, Ruiz Guiñazu

(1952), para o México, David Brading (1980), para Chile, Mario Góngora (1986), para Uruguai, Ramírez, Zorilla de San Martín, Bauzá, Blanco Acevedo e Pivel Devoto.

Em trabalho semelhante e posterior, Pablo Buchbinder (1994) também faz uma categorização dos autores latino-americanos incluindo Chiaramonte na análise. Segundo ele, para os casos do Uruguai e Argentina, o questionamento da perspectiva tradicional só aconteceu muito tardiamente e os responsáveis por tal mudança foram, respectivamente, Real de Azúa, defensor de que as aspirações independentistas derivaram de circunstâncias e que se inclinaram mais para a união com as Províncias Unidas do Rio da Prata do que para a autonomia total; e José Carlos Chiaramonte, que alertou para o fato de que a única identidade política verificável no momento da independência era a provincial.⁵

No caso da historiografia uruguaia, resolver o trauma da independência parece ainda mais complicado uma vez que esse processo não fez parte dos movimentos de independência das colônias espanholas na América ocorridos no início do século XIX. A independência do Uruguai ocorreu posteriormente quando o território já era independente da metrópole europeia, tendo sido desmembrado da Argentina (na época, Províncias Unidas do Rio da Prata) e cabendo aos historiadores apresentar justificativas que explicassem onde residia a prévia existência de uma nacionalidade definida, que, no entanto, não havia se manifestado quando das revoluções de independência iniciadas em 1810. O problema que está colocado é o de como constituir e delimitar uma identidade uruguaia, se a identidade dos orientais era compartilhada com as demais províncias argentinas. Trocando em miúdos, como fazer do Uruguai um país de memória longa – considerando que, segundo Gérard Bouchard (2003, p.480), “el hecho de poder reivindicar orígenes muy antiguos confiere a la nación enorme seguridad y autoridad moral” – sem vincular esta memória à Argentina.

Considerando Zygmunt Bauman (2005, p.21-22),

a ‘identidade’ só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta.

Nesse caso, o trabalho dos historiadores uruguaiois se deu no sentido de criar uma memória e identidade uruguaia autêntica, buscando estabelecer/criar diferenças pré-existentes entre a Banda Oriental e as Províncias Unidas do Rio da Prata.

Lavalleja e “Anônimo”: diferentes percepções da construção do Uruguai

Para dar início à análise dos relatos faz-se importante retomar e acrescentar algumas considerações sobre a constituição das referidas fontes. O *Memorias de la Expedición de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental* foi publicado pelos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Como foi referido, o *Memórias* é constituído, em sua maior parte, de cartas trocadas entre o chefe do levante oriental, Juan Antonio Lavalleja, e Pedro Trapani, que era um dos membros da comissão da Banda Oriental enviada a Buenos Aires para tratar dos interesses orientais a respeito de um eventual apoio das Províncias Unidas. No entanto, essas cartas não se tratam da correspondência oficial entre essas figuras expoentes do cenário político da Cisplatina, mas de cartas pessoais trocadas entre amigos de longa data que abordam assuntos políticos conservando um tom de intimidade. Como quando Lavalleja faz longos desabafo acerca de suas incertezas em relação à campanha militar oriental, o que, provavelmente, não seria “confessado” em documentação oficial, ou pelo menos, não com tanta sinceridade. O historiador Américo Jacobina Lacombe, que escreveu o Prefácio da edição, refere que “Os documentos do códice que agora se publica constituem-se basicamente da correspondência de Juan Antonio Lavalleja com o patriota Pietro Trapani, ao qual ele se abria em expansões da maior intimidade [...]”, além disso, afirma também que a esses documentos juntavam-se outras correspondências oficiais originais que “difícilmente se pode compreender como foram cair nas mãos de particulares”.⁶

É possível questionar se essas correspondências eram realmente íntimas ou se Lavalleja teve a intenção, mesmo que velada, de que em algum momento elas viessem a se tornar públicas. Acredito que resolver a questão de se essas cartas tiveram a intenção de serem íntimas ou publicadas mudaria muito a forma de sua análise considerando que a “sinceridade de Lavalleja” mencionada acima poderia ser totalmente questionada, no entanto, sabendo da impossibilidade de desvendar tal questão, fiquemos apenas com essa advertência.

Sabendo-se que é constituído por cartas pode-se inferir que não se trata de um relato propriamente dito, ou melhor, não foi elaborado como uma história da Guerra da Cisplatina. Contudo, é possível apreender uma narrativa da guerra através do conteúdo das cartas que são praticamente diárias.

Aqui se anuncia a primeira diferença entre as duas fontes. Enquanto uma é composta por cartas que não nos contam uma história linear, a segunda é um relato típico que se propõe a contar a Guerra da Cisplatina com início, meio e fim. Além disso, não se limita a contar a Guerra da qual participa, mas remonta “desde a chegada dos portugueses e dos espanhóis à costa leste da América do Sul, em 1500”,⁷ embora este artigo aborde apenas as partes que se referem à Guerra.

Conforme mencionado, a hipótese de que o autor do *Contribuições* tenha sido um oficial alemão é de autoria do Barão do Rio Branco. O que parece conferir legitimidade a essa tese são diversas indicações que aparecem ao longo do relato. Algumas vezes o autor anônimo faz referências a suas tentativas de disciplinar as tropas, o que indica tratar-se de alguém que possuía algum posto com autoridade frente aos soldados. Além disso, pela exaltação que faz da eficiência das tropas alemãs pode-se inferir a sua nacionalidade, haja vista que essas divisões militares compostas por estrangeiros não tiveram grande relevância no conflito. No entanto, o que parece determinante neste caso é o fato de o relato ter sido impresso pela primeira vez em alemão e em Berlim seis anos após a Guerra. Tenhamos em conta que a capacidade de escrever um relato desse porte não era comum entre simples soldados, bem como, entre a população colonial em geral, e, evidentemente, menos ainda em alemão. Enfim, retomando a afirmação de Rio Branco sobre a identidade do autor de *Contribuições*, considerando que se tratava de um estrangeiro, percebe-se durante o relato, principalmente quando se coloca a descrever tipos humanos e geográficos, a semelhança que tem com os relatos de viagem do século XIX.

Estendem-se o Brasil e Buenos Aires quase sobre tôda a metade da América do Sul, desde o sopé da Cordilheira dos Andes até o Oceano Atlântico, e do Equador até a Patagônia [...] natureza prodigiosamente fértil que se estende desde o extremo norte até, mais ou menos, ao 30° de latitude sul, modifica, daqui para diante, o seu fácies característico [...]. Um céu sereno e límpido, de um azul belíssimo, se estende, porém, sobre o altiplano brasileiro, durante a maior parte do ano, excetuados os meses de chuva [...]. Poder-se-ia classificar o clima de ameníssimo, sendo mesmo um tanto cansativo o equilíbrio climatérico, quase constante, originado pela fusão das estações em primavera e verão [...]. A fauna indígena, não obstante ser de enorme beleza e variedade quanto às diversas qualidades e classes, principalmente no que se refere ao colorido, é inferior à do Velho Mundo em fôrça, grandeza e formas e, sobretudo, nas utilidades que a seus habitantes proporciona. [...] Os primitivos habitantes destas terras, os índios, estão divididos em várias tribos, cuja classificação obedece à natureza do solo, ao clima, modo diverso de vida de origem primitiva.⁸

Ao longo do relato também se encontram colocações em torno de questões políticas, sociais e econômicas. Sendo assim, é preciso manter algumas precauções em relação às opiniões do “oficial alemão”. Robert Slenes (1988, p.197), em uma análise a respeito do olhar dos estrangeiros, em geral viajantes, que passaram pelo Brasil no século XIX, aponta que existem três pontos fundamentais que marcam tais relatos e “que teriam atrapalhado a visão do observador estrangeiro(...)”. O racismo, do qual seria raro o viajante europeu que escapasse; o preconceito cultural, que interferia diretamente nas suas percepções, ou melhor, “a lente distorsiva de sua cultura praticamente não lhe permitia outra visão” (SLENES, p.199); e a ideologia do trabalho da qual estavam imbuídos, que os levava a acreditar que os americanos eram displicentes.

Em um dado momento do relato, o suposto oficial alemão emite sua opinião a respeito das tropas militares imperiais que, segundo ele, não eram afeitas ao treino das táticas militares e por isso muito mal preparadas e que “o gaúcho, como o índio, é sonolento, sendo incapaz de serviços de vigilância noturna”.⁹ A esse tipo de colocação juntam-se os diversos momentos em que o “oficial alemão” exalta a atuação do Corpo de Lanceiros Imperiais, tropas compostas por estrangeiros, em geral alemães, acabando por aumentar a importância real que estes batalhões tiveram durante a guerra. O próximo trecho demonstra o descaso do “oficial alemão” com as tropas compostas por ‘brasileiros’ e a exaltação das tropas estrangeiras:

Falta de coragem e o uso péssimo das armas de fogo, causaram o insucesso dos ataques da cavalaria, de que pode ser culpado o chefe supremo, que deveria conhecer o imperfeito manejo da arma. [...] A cavalaria inimiga não era muito forte, e o que assustou sobremodo, como mais tarde se soube, foi a meia dúzia de lanceiros estrangeiros que, montados em cavalos cansadíssimos poupados nas marchas para o local, investiu de lança em punho sobre o inimigo, tal como outrora D. Quixote cavalgando o célebre Rossinante.¹⁰

Contudo, é preciso referir que apesar das interferências culturais que o olhar desses estrangeiros sofrem, esses relatos são muito ricos em informações e, segundo Slenes (1988, p.203), “eles também registraram detalhes (*en passant*, e frequentemente sem entender o sentido) que são passíveis de uma interpretação diferente”, ou seja, apesar das ressalvas, jamais podemos desconsiderar que esses relatos estão repletos de legitimidade.

Pode-se dizer que o que atesta a validade de um relato de viagem, ou ao menos o viajante acredita nisso, é o fato de ele ter visto/presenciado aqueles acontecimentos que

conta, ou como se intitula o autor de *Contribuições*, de ter sido uma “testemunha ocular” daquilo que relata. Essa crença de que o “eu vi” legitima o que se conta remonta à Grécia Antiga. Segundo Hartog (2001, p.20) “o grego antigo relacionou ver e saber, estabelecendo como uma evidência que, para saber, é preciso mais ver do que ouvir”. A esse princípio, muito presente nos relatos de viagem, denomina-se “autópsia”, que quer dizer que o “ver” é mais legítimo do que o “ouvir” ou “saber” por ter sido informado. “A autópsia, poderíamos sustentar, é a maneira de recusar ou de calar as testemunhas [...]: o olho do historiador, portanto, contra o ouvido das testemunhas”. (HARTOG, 2001, p.26).

Outra característica bastante presente nos relatos de viagem é a questão da *alteridade*, ou seja, a enunciação do outro, daquele que identificamos como sendo diferente de nós.

Dizer o outro é enunciar-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, a e b, e que a não é b. [...] Daí para frente, encontramos desvios, portanto uma diferença possível de ser assinalada e significativa entre os dois termos. [...] A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro. (HARTOG, 1999, p.229).

O relato do “oficial alemão” é bastante explícito em inúmeros momentos no sentido de demarcar sua identidade europeia, com um provável sentimento de superioridade, e sua alteridade em relação aos habitantes da América com seus costumes primitivos. É interessante notar nesse caso que apesar de estar em um contexto de guerra onde ele, enquanto oficial, estava combatendo pelas tropas imperiais, e aqui não vou entrar no mérito de se ele era ou não um mercenário, o relatante identifica como sendo o “outro” (o “b”), não aqueles com quem ele está em guerra, mas todos aqueles que não são europeus como ele, o que inclui tropas inimigas, tropas pelas quais luta e a população americana em geral.

Nesse sentido, percebe-se que o “oficial alemão” não deixa de criticar a política do Império durante seu relato e faz análises bastante interessantes sobre o contexto geral da guerra sem favorecer nenhum dos lados, colocando-se exatamente como “uma testemunha ocular”, ou seja, um espectador da guerra, como se não estivesse envolvido nela.

Pode-se fazer agora outra relação entre este relato e o *Memorias*: enquanto Lavalleja está se colocando a partir do ponto de vista de uma das partes envolvidas no conflito, quer dizer, está sendo totalmente parcial na defesa de seus interesses e da

Banda Oriental, o autor de *Contribuições* está o tempo todo se posicionando como um personagem neutro. O fato de ser um combatente estrangeiro nas forças imperiais lhe assegurava o estatuto de ser um personagem neutro, uma vez que, na verdade, aquela não era uma guerra dele.

Essa questão nos leva a perceber que estes relatos não se tratam de visões antagônicas da guerra, mas sim faces diferentes da mesma. Está claro que Lavalleja nos oferece a visão sob o ponto de vista da Banda Oriental, no entanto, também está claro que o autor do *Contribuições* não pode ser considerado como o porta-voz do Império Brasileiro.

Vejamos, portanto, como estes dois locutores testemunhas compreenderam todo o processo de construção do Uruguai a partir da Guerra da Cisplatina considerando os lugares de onde falavam.

Para esta análise parto de duas questões suscitadas pelos próprios documentos:

- para ambas as fontes, quando começou a Guerra?
- partindo do contexto da Guerra, o confronto (ou a disputa) se deu entre quais partes?

O título, *Memorias de la Expedición de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*, nos aponta, de início, que para Lavalleja, e para os orientais em geral, a guerra principiou quando se deu o levante dos 33 orientais para expulsar o domínio imperial brasileiro, representado pela figura de Lecor, que estava espoliando a economia da Banda Oriental através do apossamento de terras e gado indevidos por parte de brasileiros despóticos. Depois desse primeiro levante, tudo seria questão de conseguir mais apoio para conseguir sustentá-lo.

Tomando o título do outro relato, *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*, a guerra aparece restrita ao momento em que Brasil e Buenos Aires declararam a guerra formal. Mas onde está o Uruguai nessa história?

O fato é que desde que Buenos Aires reincorporou a Banda Oriental à República das Províncias Unidas, todos os processos e tratativas acerca da guerra ficaram restritos às “altas partes contratantes” (como é a referência na Convenção de Paz de 1828 ao Brasil e a Buenos Aires). Quer dizer, a principal afetada e interessada, no caso a Banda Oriental, ficou ausente dos debates a partir de então. No entanto, embora sem

participação nos debates, não estava ausente do conflito, muito antes pelo contrário. Sendo assim, acho que a segunda questão se coloca nesse momento.

Considerando que Lavalleja aponta o início da guerra a partir do levante dos 33, podemos inferir que a sua guerra é contra a dominação portuguesa e seu inimigo direto é o Império, no entanto, o “oficial alemão” coloca o conflito somente entre Brasil e Buenos Aires, como se o inimigo do Império fosse estritamente Buenos Aires.

Nesse sentido, desde que Lavalleja deflagrou o levante dos 33, passou a pedir insistentemente o apoio de Buenos Aires, ou melhor, do Exército Nacional. Essa tramitação era feita pela comissão da qual Pedro Trapani fazia parte, no entanto, através das cartas entre Lavalleja e Trapani percebemos que o apoio não se mostrava fácil: “Amigo lo q.^e intereso saber es si el Govno. Nacional nos auxilia ó nó, (esto es contestando à su carta reservada q.^e no la tengo aqui) y em q.^e tpo. poderá ser esto, p.^r q.^e haora mas q.^e nunca debo aprovechar los momentos”.¹¹

Isso demonstra que, quando o conflito iniciou, Buenos Aires não estava envolvida nele, mesmo assim, o Império enviou um manifesto, em 20 de dezembro de 1825, acusando Buenos Aires de não haver declarado guerra oficialmente ao Império apesar das hostilidades:

[...] rebater as hostilidades, q.^e o Governo de Buenos Aires, sem declaração de guerra, tem feito, e continua á fazer ao Império, obrigão ao Comandante da Esquadra de Sua Magestade o Imperador do Brasil á manifestar ó seguinte.

1^o Todos os Portos e Costas da republica de Buenos Ayres e todos aquelles que na margem Oriental do rio Prata estiverem occupados pelas tropas de Buenos Ayres ficão desde hoje sujeitos ao mais rigoroso bloqueio. [...]¹²

Ocorre que, até aquele momento, Lavalleja ainda não havia conseguido o apoio efetivo de Buenos Aires que titubeava em relação a apoiar ou não o levante oriental. Em correspondência, datando do mesmo dia do manifesto do Império, Lavalleja escreve para o Ministro da Guerra do Governo Executivo da Nação, Sr. Marcos Balcarce reiterando o pedido de ajuda ao Exército Nacional, “En esta virtude el Gob.^{no} Oriental cree llegado el instante en q.^e deve pasar, y enpesar sus operaciones el Ejercito de la Nacion [...], pues el Pueblo Oriental orgulloso con los Triunfos q.^e á adquirido, no puede sufrir q.^e el tirano le robe inpugnemente [...]”.¹³

Em carta, também do mesmo dia, Lavalleja pede a intervenção de Pedro Trapani em relação ao difícil apoio do Exército Nacional,

Se hace preciso convenia V. á nro. amigo [refere-se a Marcos Balcarce] q.^e el Exto. Nacional debe pasar, no hay q.^e pararse en q.^e esta formado este cuerpo ó no, lo q.^e necesita es q.^e pase la fuerza q.^e haiga tanto p.^a imponer al enemigo, q.¹⁰ p.^a asegurar el pasage de los prosion.^{s.}¹⁴

Enfim, claro está que o conflito foi deflagrado pela Banda Oriental contra a dominação do Império e que Buenos Aires só aderiu à guerra “a duras penas” tempos depois. No entanto, a partir do momento em que Buenos Aires entrou formalmente no conflito (a declaração oficial de guerra de Buenos Aires aconteceu somente em 3 de janeiro de 1826), o Império direcionou a guerra, exclusivamente, contra Buenos Aires colocando a Banda Oriental a parte dos debates que eram de seu interesse. Esse procedimento de exclusão da Banda Oriental do cenário diplomático da guerra teve por corolário a Convenção de Paz onde as “altas partes contratantes” decidiram sobre o destino do Uruguai, sendo que este nem sequer participou da Convenção.

O próximo ponto interessante de reflexão se refere ao pertencimento da Banda Oriental. Afinal, a quem pertencia a Banda Oriental e como foi justificada a legitimidade dessa posse?

Segundo o “oficial alemão” a perspectiva imperial diante desta questão está colocada no manifesto que justificava a declaração de guerra do Império a Buenos Aires: “Que a posse da Cisplatina era um direito incontestável do Brasil, reforçado pela espontânea adesão da Província ao Império, e ao qual não poderia renunciar arbitrariamente [...]”¹⁵

O conteúdo do manifesto sugere que o Império, ao justificar a posse sobre a Cisplatina como sendo incontestável, baseia-se, provavelmente, em algum pressuposto de “fronteira natural”, como se por “vontade divina” a fronteira do Brasil estivesse fatalmente delimitada às margens do Rio da Prata. Além disso, essa posse “pré-definidamente” legítima teria se consolidado à medida que a Província Cisplatina aderiu espontaneamente ao Império. A referida adesão espontânea remonta ao contexto da dominação artiguista quando, tanto a Coroa lusa quanto a elite buenairense, viram-se ameaçadas pelo projeto agrário de Artigas e com o apoio da elite terratenente oriental, que também temia perder suas terras e gado, entraram em acordo para invadir a Banda Oriental dando a posse a Portugal. Ou seja, a adesão “voluntária” a qual o manifesto imperial se refere tratava-se da saída encontrada pela oligarquia oriental para não sucumbir à reforma agrária de Artigas.

O manifesto imperial também justificava o levante oriental como sendo culpa da tendência revolucionária da Argentina que “era de molde a alargar-se cada vez mais, e que estava evidenciado pelos auxílios de toda ordem prestados a Lavalleja, que tinha sido abrigado e favorecido por Buenos Aires, ali conseguindo elementos para insurreccionar a Cisplatina, [...]”.¹⁶

Em contraponto, no seu manifesto de justificativa à declaração formal de guerra ao Império, Buenos Aires, apesar de ter, em momento anterior, apoiado a dominação portuguesa para conter a reforma artiguista, agora em outro contexto, já passados cinco anos da dominação brasileira, declarou que a posse da Banda Oriental por parte do Império era uma usurpação uma vez que ia contra a vontade do povo da Cisplatina e que as eventuais adesões que o Império teve foram, na verdade, conseguidas pelo Gal. Lecor sob pressão de intrigas e violências. Outro questionamento que o manifesto de Buenos Aires apontava é que a posse da Banda Oriental havia sido concedida à Coroa lusitana e, logo, não poderia ter sido transmitida para o Império depois que ocorreu a independência do Brasil. Buenos Aires ainda se defendia das acusações de que teria ajudado a Banda Oriental a se insurreccionar e que os apoios que Lavalleja recebeu vieram de particulares não tendo nenhuma relação com o governo institucional. Sua justificativa de posse legítima da Banda Oriental consistia em que “o governo republicano, constituía direito a opção voluntária da Província à unidade a que estava ligada pela raça, pela língua e pelos costumes comuns.”¹⁷

Claro está que essas informações nos são oferecidas pelo relato do “oficial alemão”, já que ele que se dedica ao confronto restrito entre Buenos Aires e Brasil. Nesse sentido, vamos retomar o relato *Memorias* para ver a posição da Banda Oriental nessa questão. Colocamos agora o quarto questionamento: a quem a Banda Oriental, através da ótica de Lavalleja, se sente pertencendo?

Vimos que a Coroa portuguesa e Buenos Aires, com o consentimento da oligarquia oriental, invadiram a Banda Oriental para conter o projeto agrário de Artigas dando a posse do território à Coroa portuguesa. Contudo, quando a oligarquia oriental percebeu que a dominação por parte do Império do Brasil estava sendo tão prejudicial à economia da Província Cisplatina do que quando estavam sob a “ditadura de Artigas”, ela passou a se colocar contra o domínio do Império. Nesse sentido, segundo o “oficial alemão”, até então “raramente se registrava uma ou outra manifestação de orgulho nacional, em Montevideo, refletindo-se contra a dominação portuguesa”.¹⁸

Na percepção (ou versão) de Lavalleja, no entanto, os orientais suportavam uma dominação usurpadora, sendo que sua identidade e pertencimento estiveram atreladas às Províncias Unidas do Rio da Prata desde sempre.

Depois da expedição dos 33, uma comissão de expoentes da oligarquia oriental instalou um Governo Provisório na Banda Oriental. Em declaração, do dia 14 de junho de 1825, este Governo Provisório fazia seu anúncio: “Llegó al fin ansiado, em q.^c los Pueblo Orientales tienen la dicha de felicitarse p.^f la Ynstalacion de um Gobierno berdaderam.^{te} legitimo, legal. libre; en una palabra, la Obra de sus manos [...]”¹⁹

Instalado o Governo Provisório, este passou a circular a ideia de que a Banda Oriental pertencia originalmente à República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em uma circular aos cabildos da Banda Oriental, o Governo Provisório dizia o seguinte, “La Provincia Oriental desde su origen ha pertenecido al territorio de las que componian el Virreynato de Buenos Ayres, y por consiguiente fué y debe ser una de las de la union Argentina, representadas en su Congreso gral. constituyente.”²⁰

O pedido de anexação da Banda Oriental foi dirigido à República das Províncias Unidas em 21 de junho de 1825: “La historia de los ultimos sucesos en esta Provincia sorprende ciertamen.^{te} y los Orientales no pueden haber justificado de un modo mas publico su ódio á la dominacion extrangera; sus deseos, y votos por pertenecer á su Gobierno Pátrio.”²¹

A partir desse momento, teve início a dura negociação entre a Banda Oriental e a República das Províncias Unidas. A República se mostrava reticente em apoiar os orientais em função de divergências internas existentes. Havia relutância de algumas partes em aceitar tal anexação, uma vez que acreditavam que essa atitude só lhes traria problemas com o Império e, embora fosse economicamente atraente possuir novamente a Banda Oriental com suas terras e gados, não compensaria frente ao conflito que seria travado contra as forças imperiais. Os *unitários*, que naquele momento dominavam Buenos Aires, eram contra a anexação, sendo que esta aconteceu, em 25 de agosto de 1825, à revelia de Buenos Aires.

Em relação ao aparecimento da possibilidade de fazer da Banda Oriental um novo país, segundo Guazzelli, desde muito cedo, o caudilho oriental Rivera passou a fazer a sua guerra, o que incluía a defesa de seus interesses que iam ao encontro da precoce ideia de independência da Banda Oriental,

[...] Rivera aos poucos desobrigava-se do papel de lugar-tenente de Lavalleja para fazer sua própria guerra, dirigindo seus ‘montoneros’ para os santuários

onde estava habituado a lutar, acaudilhando os efetivos irregulares de Corrientes e Entre Rios para sua campanha na fronteira, [...] Aqui iniciaram seus desentendimentos com Lavalleja e a desconfiança de que planejava não mais a adesão da Banda Oriental ao conjunto de províncias argentinas, mas a efetivação da 'Patria Chica'. (GUAZZELLI, 1998, p.138).

A ideia da independência não estava colocada para Lavalleja mesmo quando, em consequência de uma guerra exaustiva, essa possibilidade passou a ser proposta como forma de pôr fim ao conflito que já se mostrava insustentável. Nessa ocasião, o chefe da Banda Oriental, em suas cartas a Trapani, demonstrou-se relutante à ideia da independência preferindo continuar como parte das Províncias Unidas,

Conosco que la Vanda Oriental podria mantenerse muy bien en un estado independiente pero, amigo no se por que rason la Republica [refere-se à República das Províncias Unidas do Rio da Prata] trabaja por separar de su liga una Prov.^a de las que le da mas importancia. Sea de esto lo que fuere si por este medio se consigne la paz, y los tratados no son perjudiciales a esta Prov.^a quedando ella a la conclusion de la grra. en una buena planta, creo que dejará de combenirmos la independencia: y que al mismo tiempo haya seguridad para que despues de ber sola esta Prov.^a no se le declara grra. por parte del Emperador, por cualesquiera fingido pretexto, y que nos beriamos obligado a combatir solos.²²

Em resposta, Trapani, convencido de que a possibilidade da independência era favorável à Banda Oriental, tentou acalmar Lavalleja com os seguintes argumentos,

[...] estos temores por mucho q.^e tengan de prudentes son en la realidad infundados= La provincia Oriental formando un estado (por el tratado) Independiente, y conservandose en orden guardando como corresponde sus fronteras, no puede ser atacado, sino vienem sus Enemigos de la Luna vamos raciosinando como hombres = En el estado antiguo y en q.^e se há encontrado la Provincia Oriental ella há sido siempre la mansana de la discordia: por el tratado quedando Independiente será el Iris de paz [...].²³

Esta relutância de Lavalleja em aceitar a independência da Banda Oriental, mantendo-se fiel, desde o princípio, à ideia de que a Província Oriental devia constituir-se, de uma vez por todas, em província da República das Províncias Unidas, lhe custaria um alto preço. Quando a Convenção de Paz foi assinada, Lavalleja passou a ser ostensivamente rejeitado pela oligarquia oriental que passou a acreditar que ele não era uma patriota e que por isso não queria a independência do Uruguai. Tal rejeição levou Lavalleja a exilar-se no Rio Grande do Sul e Rivera a tornar-se o primeiro presidente do Estado uruguaio.

É notável que, até agora, o envolvimento da Inglaterra, tão presente na historiografia a respeito da Guerra da Cisplatina, ainda não tenha aparecido. O

entendimento disso se dá no seguinte sentido, abordado anteriormente: a partir da entrada de Buenos Aires na guerra os orientais foram cada vez mais excluídos dos debates, que ficaram restritos a Buenos Aires e Brasil e, da mesma forma, aconteceu com a intermediação da Inglaterra no conflito. Todos os documentos de proposta de independência feitos pela Inglaterra foram dirigidos às “altas partes contratantes”, e nunca aos chefes orientais. As incertezas de Lavalleja em relação à independência demonstram o quanto ele estava afastado dessas tratativas.

No códice *Memorias* existem alguns documentos de resposta da Argentina aos mediadores ingleses. Note-se que para a Argentina, assim como para o Brasil, a mediação da Inglaterra só tinha a lhes favorecer, não importando as conseqüências que trariam para o Uruguai,

El Grál. en Gefe del Exto. Republicano, que subscribe, há recibido con el mór placer, la comunicacion que su ex.^a el Sor. Gordon Ministro plenipotenciário de S.M. Britanica, cerca de la corte del Janeiro [...] y por mano del Sor. Fraser, miembro de la Legacion Ynglesa, quien conducia tambien los preliminares para um tratado de paz, acordado por el Emperador del Bracil. [...] El Grál. en Gefe, está altamente persuadido, de que una Paz justa, es el unico fin legitimo de la Grra. [...]. El Grál. en Gefe que subscribe abraza gustoso, las vaces que se han propuesto [...]. El interes con que la Gran Bretaña ha tomado una parte tan activa, mediando en esta negociacion – para que pueda ajustarse la Paz que se há propuesto; será un documento de la mas eterna gratitud para la Republica Argentina.²⁴

No que se refere à Convenção de Paz de 1828 que criou o Estado do Uruguai, embora a intenção tenha sido no sentido de trazer paz àquela região – ou como apontam os trabalhos de Methol Ferre (1973) e Enrique Padrós (1996), criar um Estado Tampão inserido na política de balcanização da Inglaterra que serviria como um “algodão entre cristais” – na verdade, este novo Estado criou um permanente motivo de atritos entre o Império e as Províncias Unidas. As mazelas já se anunciavam durante a Convenção de Paz. Como mencionei, o primeiro problema se colocou à medida que os orientais foram deixados de fora das resoluções, além disso, o terceiro artigo carregava um caráter ambíguo e renunciava possíveis conflitos: “Ambas as Altas Partes Contratantes obrigão se a defender a Independência, e integridad da Provincia de Montevideo, pelo tempo, e pelo modo que se ajustar no Tratado definitivo de Paz”.²⁵

Os conflitos que ocorreram ao longo do século XIX entre as Províncias Unidas e Brasil em torno do Uruguai deveram-se a, pelo menos, duas questões apontadas no Tratado de Paz. Além da mencionada acima em relação ao poder conferido às “altas partes contratantes” no sentido de interferência no Uruguai, o tratado, apesar de estar

criando um novo país que correspondia a uma zona historicamente disputada, não mencionava os limites geográficos desse novo Estado, ou seja, essa omissão foi, por muito tempo, a brecha encontrada pelas “altas partes contratantes” para seguirem disputando aquele território.

Conclusão

O nascimento do Uruguai corresponde a um “trauma de origem” à medida que o país surgiu como uma possibilidade de se colocar fim a uma guerra, sendo que o desejo de seu chefe militar maior era de que o território fosse anexado à República das Províncias Unidas do Rio da Prata. Além disso, se a Guerra da Cisplatina é tida com a certidão de nascimento do Uruguai, como o sentimento nacional pode lidar com o fato de o Uruguai ter sido constantemente excluído das tratativas diplomáticas ao longo do conflito, o que culminou na assinatura da Convenção de Paz que decidiu sua existência, mas da qual seus líderes políticos não participaram? E com o fato de que, ao ser criado no final da guerra, o país nem se quer teve seus limites territoriais estabelecidos, tendo ainda sido garantida aos seus vizinhos (Brasil e Argentina) a possibilidade de interferirem militarmente no território uruguaio?

Acredito que a conclusão geral desse artigo refere-se à impossibilidade de se tratar a independência do Uruguai como sendo o resultado de uma “vontade nacionalizadora” de sua população imersa em sentimentos de identidade nacional, assim como queria a historiografia tradicional. As “origens” da independência uruguaia têm mais a ver com as disputas pelo controle da Bacia do Prata, primeiro pela Espanha e Portugal, e depois pela Argentina e Brasil, sem esquecer o grande interesse britânico que se colocava por trás, do que com sentimentos nacionais e soberanos.

Em relação aos relatos é inegável que os elementos que ambos acrescentam ao debate sobre a independência do Uruguai são extremamente relevantes e não podem ser ignorados. Esses relatos são fontes importantes e riquíssimas para tais estudos embora tenham sido pouco explorados pela historiografia. As diferentes percepções apresentadas por Lavalleja, profundamente envolvido no conflito, e por um anônimo estrangeiro, que se pretende neutro, nos ofereceram a possibilidade de novos questionamentos acerca do tema - como a forma como se deu a entrada das diferentes partes no conflito, os argumentos apresentados para justificar seus envolvimento militares, as aspirações, receios e frustrações do líder militar oriental, bem como a sua

exclusão dos acertos diplomáticos - o que se espera ter sido satisfatoriamente desenvolvido.

Artigo recebido em 20/10/2008. Aprovado em 11/03/2009.

Visions of Cisplatina: the creation of Uruguay – by Lavalleja and Anonymous

Abstract: This article aims to analyze two accounts about the Cisplatina War. The former is made of letters from the General from the Eastern Bank, Juan Antonio Lavalleja, who commanded the expedition against the Portuguese occupation, and the latter was written by a soldier of the Empire, who, although anonymous, was probably a German mercenary officer. Both of them have different point of views and provide two distinct approaches about the creation of the Eastern State.

Key Words: Cisplatina War. Uruguayan independence. Identity.

¹ Doutoranda do PPG em História da PUCRS. O presente artigo é fruto de trabalho anterior e não tem relação com a pesquisa atual de Doutorado. Endereço eletrônico: mariclio@yahoo.com.br.

² *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975; *Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968.

³ O contexto da Guerra Cisplatina que se segue está baseado nos seguintes autores: GUAZZELLI (1998; 2004); KÜHN (2002); MONIZ BANDEIRA (1995); POMER (1979); SOUZA (2004).

⁴ *Convenção Preliminar de Paz de 1828*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), CV-Diversos, Maço 66, Lata77.

⁵ Além dos trabalhos citados de Chiaramonte e Buchbinder, têm igual relevância para este debate outros dois também de Chiaramonte (1991; 1998); além das análises feitas por PALTÍ, 2002; GUERRA, 1999/2000; e KÖNIG, 2000.

⁶ *Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968. p.8.

⁷ *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975, p.33.

⁸ *Ibid.*, p.16-28.

⁹ *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975. p.122.

¹⁰ *Ibid.*, p.241.

¹¹ *Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968. p.96.

¹² *Idem.*, p.112.

¹³ *Ibid.*, p.104.

¹⁴ *Ibid.*, p.105. Grifo meu.

¹⁵ *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975. p.165.

¹⁶ *Ibid.*, p. 165.

¹⁷ *Ibid.*, p. 165.

¹⁸ *Ibid.*, p. 131.

¹⁹ *Ibid.*, p. 31.

²⁰ *Ibid.*, p. 35.

²¹ *Ibid.*, p. 39.

²² *Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. In: ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968. p.150. Grifo meu.

²³ *Ibid.*, p.152.

²⁴ Ibid., p.171.

²⁵ *Convenção Preliminar de Paz de 1828*. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), CV-Diversos, Maço 66, Lata77.

Referências:

Bibliografia:

ALONSO ELOY, Rosa & al. *La Oligarquia Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOUCHARD, Gérard. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo. Ensayo de História Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, 2ª série, ano 19, n. 69, p.29-47, 1994/1.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los Estados hispanoamericanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Anos 90*, n.1, maio 1993.

_____. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político em tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana. 1998.

_____. *Mecaderes del litoral. Economía y sociedad en la Provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1991.

FERRÉ, Methol. *Geopolítica de la Cuenca del Plata- el Uruguay como problema*. Buenos Aires: Pena Lillo, 1973.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A república Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 1998. Tese de Doutorado.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GUERRA, François Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*. Ano I, n.1, 1999/2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.5-26, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v.6, dez. 2000.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002.

KÖNIG, Hans-Joachim. Nacionalismo y Nación en la História de Iberoamérica. *Cuadernos de Historia Latinoamericana*. n.8. AHILA (Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos), 2000.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata*. 2ª ed. rev. São Paulo: Ensaio Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

PADRÓS, Enrique Serra. A 'Pax Britânica' e a Independência do Uruguai: Estado-Tampão e balcanização no espaço platino. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 5, jul. 1996.

PALTI, Elias. *La Nación como problema*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

POMER, Leon. *Os Conflitos da Bacia do Prata*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

SLENES, Robert W. Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 16, p.189-203, mar.-ago/1988.

SOUZA, Suzana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, GUAZZELLI, KÜHN & NEUMANN (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ZUM FELDE, Alberto. *Evolución Histórica del Uruguay*. Montevideo: Maximino Garcia, 1945.

Fontes primárias:

Convenção Preliminar de Paz de 1828. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), CV- Diversos, Maço 66, Lata77.

“Memórias de la Expedicion de los 33, al Mando del General Juan Antonio Lavalleja para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental.” In: *ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, v.88, 1968.

Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975.